

CURSO DE PROCESSO PENAL MILITAR

ENIO LUIZ ROSSETTO

PREFÁCIO: GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolína de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi, Bruna Mestriner e Mirna Adei Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER Nunes Carvalhaes

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourí

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Lucas Kfourí

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO da Silva

Visual Law: Carina Baptista, Danielle Moraes e Thais Pereira

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA Pedro

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Rossetto, Enio Luiz
Curso de Processo Penal Militar / Enio Luiz Rossetto. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia
ISBN 978-65-5614-522-8

1. Direito militar 2. Direito militar - Brasil 3. Direito militar - Legislação - Brasil 4. Processo penal militar I. Título.

21-65393

CDU-344.1(81)(094.4)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Código de Processo Penal Militar 344.1(81)(094.4)
2. Código de Processo Penal Militar : Brasil 344.1(81)(094.4)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
APRESENTAÇÃO.....	7
PREFÁCIO.....	9
LISTA DE ABREVIATURAS	13
CAPÍTULO I DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	31
1.1. Código de Processo Penal Militar	31
1.2. Fontes do Direito Processual Penal Militar	33
1.3. Prevalência das Convenções e Tratados	36
1.3.1. Convenção Americana de Direitos Humanos.....	38
1.3.2. Tribunal Penal Internacional	39
CAPÍTULO II – LEI PROCESSUAL PENAL MILITAR	41
2.1. Interpretação da lei processual penal militar	41
2.1.1. Interpretação literal	42
2.1.2. Interpretação, declaratória extensiva ou restritiva	42
2.1.3. Interpretação lógica ou teleológica	43
2.1.4. Outras espécies de interpretação da lei processual penal militar	44
2.2. Aplicação da lei processual penal militar no espaço em tempo de paz	44
2.3. Aplicação da lei processual penal militar no tempo	46
2.4. Aplicação da lei processual penal militar à Justiça Militar Estadual.....	49
CAPÍTULO III – DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS.....	51
3.1. Dignidade da pessoa humana	51
3.2. Garantia do devido processo legal	53
3.3. Garantia do contraditório e da ampla defesa	56
3.4. Garantia da presunção de inocência ou da não culpabilidade.....	57
3.5. Garantia da publicidade do processo	60
3.6. Garantia da motivação das decisões	62
3.7. Garantia do juiz natural	65

3.8.	Garantia do duplo grau de jurisdição	68
3.9.	Garantia da duração razoável do processo	68
3.10.	Garantia da não autoincriminação	70
3.11.	Garantia da igualdade das partes	74
CAPÍTULO IV – PRINCÍPIOS E REGRAS PROCESSUAIS		77
4.1.	Noções gerais: princípios e regras	77
4.2.	Proporcionalidade. Princípio ou regra?	79
4.3.	Princípio da oralidade	81
4.4.	Princípio da economia processual	82
4.5.	Princípio da identidade física do juiz	82
CAPÍTULO V – SISTEMA ACUSATÓRIO.....		85
CAPÍTULO VI – INVESTIGAÇÃO DO CRIME MILITAR		89
6.1.	Polícia judiciária militar. Atribuições	89
6.2.	Inquérito policial militar: conceito, finalidade e natureza jurídica	91
6.2.1.	Características	94
6.2.2.	Suficiência do APF	101
6.2.3.	Papel do juiz no IPM	102
6.3.	Instauração de inquérito policial militar	103
6.3.1.	IPM na ação penal de iniciativa pública incondicionada	106
6.3.2.	IPM nos crimes de ação penal de iniciativa pública condicionada	106
6.3.3.	IPM nos crimes de ação penal de iniciativa privada.....	107
6.4.	Medidas preliminares ao IPM	107
6.5.	Procedimento e atribuições do encarregado	108
6.6.	Relatório, indiciamento e representação de prisão preventiva. Solução do IPM	112
6.7.	Arquivamento do IPM.....	115
6.7.1.	Arquivamento indireto e arquivamento implícito	117
6.7.2.	Discordância do juiz do pedido de arquivamento	118
6.7.3.	Correição parcial para corrigir arquivamento irregular em inquérito (art. 498, b, CPPM).....	118
6.7.4.	Arquivamento e seus efeitos.....	122
6.8.	IPM em caso de homicídio doloso cometido por policial militar contra civil	124
6.9.	IPM em caso de homicídio doloso cometido por militar das Forças Armadas contra civil	127
6.10.	Investigação pelo Ministério Público Militar	127

CAPÍTULO VII – AÇÃO PENAL	129
7.1. Direito de ação	129
7.2. Condições da ação penal militar	129
7.2.1. Possibilidade jurídica do pedido	130
7.2.2. Interesse de agir	131
7.2.3. Legitimidade para agir	132
7.3. Ação penal condenatória	132
7.3.1. Ação penal de iniciativa pública incondicionada	133
7.3.2. Ação penal de iniciativa pública condicionada.....	134
7.3.3. Ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública.....	137
7.3.4. Ação penal de iniciativa privada.....	138
7.4. Denúncia.....	139
7.4.1. Requisitos	139
7.4.2. Prazos para oferecimento e devolução para diligência	144
7.4.3. Aditamento da denúncia.....	144
7.4.4. Denúncia que imputa crimes de competência do juiz de direito da Justiça dos Estados e do Conselho de Justiça	145
7.5. Queixa	145
CAPÍTULO VIII – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	147
8.1. Jurisdição e competência	147
8.1.1. Princípios relacionados à jurisdição militar	148
8.1.2. Divisão da jurisdição penal militar	149
8.2. Justiça Militar da União	150
8.2.1. Organização da Justiça Militar da União	150
8.2.2. Competência da Justiça Militar da União	151
8.2.3. Crimes dolosos contra a vida de civil	151
8.2.4. Submissão de civil ao foro militar	153
8.2.5. Competência funcional do juiz federal	156
8.2.6. Competência dos Conselhos de Justiça	157
8.3. Justiça Militar dos estados.....	158
8.3.1. Organização da Justiça Militar dos estados.....	158
8.3.2. Competência da Justiça Militar dos Estados.....	159
8.3.3. Competência do juiz de direito	159
8.3.4. Competência dos Conselhos de Justiça	160
8.4. Alteração da competência da Justiça Militar da União e dos Estados decorrente da Lei n. 13.491/2017	160
8.5. Competência. Regras gerais de determinação	162
8.5.1. Competência pelo lugar da infração.....	163
8.5.2. Competência pela residência ou domicílio do acusado	165

8.5.3.	Competência pela prevenção	165
8.5.4.	Competência pela sede do lugar de serviço	166
8.5.5.	Competência por distribuição.....	167
8.6.	Causas de modificação da competência.....	167
8.6.1.	Conexão e continência.....	167
8.6.2.	Separação dos processos em caso de conexão e continência....	170
8.6.3.	Prorrogação de competência	171
8.6.4.	Prerrogativa de foro pelo posto ou função	173
8.7.	Conflito de competência	175
8.7.1.	Legitimidade para suscitar o conflito de competência e o procedimento	176
8.7.2.	Conflito de competência entre a Justiça Militar da União e a Justiça Federal	178
8.7.3.	Conflito de competência entre Justiça Militar dos Estados e Justiça Comum estadual	179
8.7.4.	Conflito de competência entre Justiça Militar da União e Justiça Militar estadual	180
CAPÍTULO IX – SUJEITOS PROCESSUAIS		181
9.1.	Noções gerais: sujeitos e partes	181
9.2.	Juiz.....	181
9.2.1.	Provimento do cargo.....	181
9.2.2.	Garantias constitucionais	182
9.2.3.	Prerrogativas, vedações, deveres e funções.	184
9.2.4.	Causas de impedimento	185
9.2.5.	Causas de suspeição.....	188
9.3.	Auxiliares do juiz	191
9.3.1.	Funcionários e serventuários.....	191
9.3.2.	Peritos e intérpretes	192
9.4.	Ministério Público Militar	193
9.4.1.	Funções institucionais.....	194
9.4.2.	Princípios	196
9.4.3.	Garantias	197
9.4.4.	Conflito de atribuições.....	197
9.5.	Assistente de acusação	198
9.5.1.	Habilitação e admissão.....	199
9.5.2.	Atuação no processo	199
9.6.	Acusado e sua defesa	200
9.6.1.	Acusado e sua autodefesa.....	200
9.6.2.	Defesa técnica	202

9.6.3.	Defensor constituído e o dativo.....	204
9.6.4.	Defensor Público	205
CAPÍTULO X – EXCEÇÕES E INCIDENTES PROCESSUAIS		207
10.1.	Noções gerais	207
10.2.	Exceções de suspeição ou de impedimento	208
10.2.1.	Exceção de suspeição ou de impedimento do juiz.....	208
10.2.2.	Exceção de suspeição ou de impedimento de membro do Ministério Público.....	211
10.2.3.	Exceção de suspeição ou de impedimento, e impugnação de perito e intérprete	212
10.2.4.	Exceção de suspeição ou de impedimento de funcionário ou serventuário da Justiça Militar	212
10.3.	Exceção de incompetência	212
10.4.	Exceção de litispendência	214
10.5.	Exceção de coisa julgada	216
10.6.	Incidente de insanidade mental.....	217
10.7.	Incidente de falsidade de documento	221
CAPÍTULO XI – MEDIDAS CAUTELARES		225
11.1.	Noções gerais	225
11.1.1.	Espécies de medidas cautelares	225
11.1.2.	Características das medidas cautelares.....	226
11.1.3.	Pressupostos das medidas cautelares	228
11.2.	Medidas cautelares pessoais e precautelar	228
11.2.1.	Prisão provisória: disposições gerais	229
11.2.2.	Prisão em flagrante	232
11.2.2.1.	Situação de flagrante	233
11.2.2.1.1.	Flagrante próprio	233
11.2.2.1.2.	Flagrante impróprio ou quase flagrante	234
11.2.2.1.3.	Flagrante presumido	234
11.2.2.2.	Flagrante em crime permanente	235
11.2.2.3.	Flagrante em crime formal	235
11.2.2.4.	Flagrante preparado (provocado), esperado e diferido (retardado)	237
11.2.2.5.	Flagrante em crime de ação pública condicionada e privada	238
11.2.2.6.	Auto de prisão em flagrante	238
11.2.2.6.1.	Lavratura do auto de prisão em flagrante.....	238

11.2.2.6.2.	Fato praticado em presença da autoridade ou contra ela	241
11.2.2.6.3.	Comunicação da prisão. Remessa do APF	242
11.2.2.7.	Audiência de custódia	242
11.2.3.	Prisão preventiva	246
11.2.3.1.	Competência e o momento para decretar prisão preventiva	247
11.2.3.2.	Requisitos da prisão preventiva.....	248
11.2.3.3.	Fundamento da prisão preventiva.....	250
11.2.3.3.1.	Garantia da ordem pública	250
11.2.3.3.2.	Conveniência da instrução criminal....	255
11.2.3.3.3.	Periculosidade do indiciado ou do acusado.....	257
11.2.3.3.4.	Segurança da aplicação da lei penal militar	258
11.2.3.3.5.	Exigência de manutenção das normas ou princípios de hierarquia e disciplina militares	259
11.2.3.4.	Motivação da decisão de prisão preventiva.....	260
11.2.3.5.	Proibição de prisão preventiva	261
11.2.3.6.	Revogação e nova prisão preventiva	263
11.2.3.7.	Prazo da prisão preventiva	264
11.2.3.8.	Proporcionalidade da prisão preventiva	267
11.2.3.8.1.	Exame da necessidade	269
11.2.3.8.2.	Exame da adequação	270
11.2.3.8.3.	Proporcionalidade em sentido estrito	271
11.2.4.	Medidas cautelares diversas da prisão	273
11.2.4.1.	Aplicação ao processo penal militar	273
11.2.4.2.	Espécies de medidas cautelares diversas da prisão....	276
11.2.4.3.	Critérios de aplicação das medidas cautelares diversas da prisão	279
11.2.4.4.	Prisão domiciliar.....	281
11.2.5.	Detenção do indiciado por ordem do encarregado do IPM.....	281
11.2.6.	Prisão de desertor e do insubmisso	283
11.2.7.	Menagem.....	284
11.2.7.1.	Aspectos históricos	284
11.2.7.2.	Natureza jurídica	285
11.2.7.3.	Requisitos objetivos e subjetivos.....	286
11.2.7.4.	Procedimento	287
11.2.8.	Comparecimento espontâneo	287

11.2.9.	Prisão temporária.....	288
11.2.9.1.	Cabimento	288
11.2.9.2.	Rol de crimes	288
11.2.9.3.	Procedimento	289
11.3.	Medidas cautelares patrimoniais.....	290
11.3.1.	Sequestro	291
11.3.2.	Hipoteca legal	294
11.3.3.	Arresto	295
11.4.	Busca, apreensão e restituição de coisas apreendidas	296
11.4.1.	Busca domiciliar	297
11.4.2.	Busca pessoal	303
11.4.3.	Apreensão	304
11.4.4.	Restituição de coisas apreendidas	305
CAPÍTULO XII – LIBERDADE PROVISÓRIA		309
12.1.	Conceito	309
12.2.	Casos de liberdade provisória no CPPM	310
12.3.	Não recepção da segunda parte do parágrafo único, b, art. 270 do CPPM....	312
12.4.	Liberdade provisória no CPP.....	315
12.5.	Liberdade provisória no Estatuto do Desarmamento.....	317
12.6.	Liberdade provisória na Lei de Drogas.....	318
12.7.	Liberdade provisória e as condições pessoais favoráveis.....	320
CAPÍTULO XIII – ATOS PROCESSUAIS		323
13.1.	Atos processuais.....	323
13.2.	Sessões	324
13.2.1.	Videoconferência	325
13.2.2.	Uso de algemas na sessão	325
13.3.	Atos de comunicação	327
13.3.1.	Intimação e notificação	327
13.3.1.1.	Formas de intimação e notificação	327
13.3.1.2.	Intimação e notificação do Ministério Público e defensor	329
13.3.2.	Citação	331
13.3.2.1.	Citação por mandado	331
13.3.2.2.	Citação por precatória	332
13.3.2.3.	Citação mediante requisição	333
13.3.2.4.	Citação pelo correio	333
13.3.2.5.	Citação por edital	333
13.3.2.6.	Carta citatória	336
13.3.2.7.	Citação e revelia do acusado	337
13.4.	Prazos processuais. Espécies e contagem	340

CAPÍTULO XIV – PROVAS	345
14.1. Teoria da prova	346
14.1.1. Conceito de prova	346
14.1.2. Finalidade, objeto, fontes e elementos de prova	346
14.1.3. O ônus da prova no processo penal militar	348
14.1.4. Os poderes instrutórios do juiz	353
14.1.5. Verdade no processo penal militar	356
14.1.6. Direito à prova	357
14.1.7. Meios de prova e os meios de obtenção de prova	358
14.1.8. Classificação das provas	359
14.1.9. Garantias constitucionais e a prova	361
14.1.9.1. Dignidade da pessoa humana	361
14.1.9.2. Presunção de inocência ou de não culpabilidade	361
14.1.9.3. Contraditório (ou da audiência em contraditório) ...	362
14.1.9.4. Inadmissibilidade da prova ilícita	363
14.1.9.4.1. Prova ilícita por derivação (<i>fruits of the</i> <i>poisonous tree</i>)	366
14.1.9.4.2. Fonte independente (<i>independent</i> <i>source</i>)	369
14.1.9.4.3. Descoberta inevitável (<i>inevitable disco-</i> <i>very</i>)	371
14.1.9.4.4. Admissibilidade da prova ilícita a favor do réu	373
14.1.9.4.5. Admissibilidade da prova ilícita a favor da sociedade	374
14.1.10. Princípios infraconstitucionais relativos à prova	375
14.1.10.1. Princípio da não autoincriminação	375
14.1.10.2. Princípio da comunhão das provas	376
14.1.10.3. Princípio da liberdade de prova (admissibilidade da prova)	376
14.1.10.4. Princípio da publicidade, oralidade, concentração e imediação	377
14.1.11. Procedimento probatório	378
14.1.12. Sistemas de valoração (ou avaliação) das provas	379
14.1.12.1. Sistema tarifado ou legal	380
14.1.12.2. Sistema da íntima convicção	382
14.1.12.3. Sistema do convencimento motivado (persuasão racional)	382
14.1.13. Resultado da avaliação da prova: certeza, dúvida e probabili- dade	384

14.2.	Provas em espécie	386
14.2.1.	Interrogatório	386
14.2.1.1.	Natureza jurídica	386
14.2.1.2.	Características	389
14.2.1.3.	Valor probatório.....	390
14.2.2.	Confissão.....	392
14.2.2.1.	Natureza jurídica	392
14.2.2.2.	Espécies de confissão.....	393
14.2.2.3.	Características	394
14.2.2.4.	Requisitos de validade.....	395
14.2.2.5.	Valor da confissão	396
14.2.3.	Declarações do ofendido. Valor probatório	399
14.2.4.	Perícias e exames	405
14.2.4.1.	Conceito	405
14.2.4.2.	Procedimento nas perícias em geral	406
14.2.4.3.	Apreciação e valoração do laudo	409
14.2.5.	Exames de corpo de delito	410
14.2.6.	Exames nos crimes contra a pessoa.....	414
14.2.6.1.	Exames nos crimes de lesões corporais	414
14.2.6.2.	Exames de sanidade mental	415
14.2.6.3.	Exames cadavéricos.....	415
14.2.6.4.	Exames de identidade de pessoa	416
14.2.6.5.	Exames de laboratório	416
14.2.6.6.	Exames de instrumentos de crime	418
14.2.7.	Outros exames e perícias.....	421
14.2.7.1.	Exame de local de crime.....	421
14.2.7.2.	Exame de verificação de embriaguez.....	421
14.2.7.3.	Perícia de furto qualificado	422
14.2.7.4.	Laudo de avaliação.....	422
14.2.7.5.	Perícia de incêndio.....	423
14.2.7.6.	Exame grafotécnico	423
14.2.7.7.	Perícia de confronto de voz	424
14.2.8.	Prova testemunhal	425
14.2.8.1.	Conceito de testemunha	425
14.2.8.2.	Classificação das testemunhas	425
14.2.8.3.	Características da prova testemunhal.....	426
14.2.8.4.	Deveres e impedimentos da testemunha	427
14.2.8.5.	Proteção à testemunha.....	431
14.2.8.6.	Valor probatório.....	433
14.2.8.7.	Providências em caso de falso testemunho.....	436

14.2.9.	Acareação.....	437
14.2.9.1.	Conceito	437
14.2.9.2.	Procedimento	438
14.2.9.3.	Valor probatório.....	439
14.2.10.	Reconhecimento de pessoa e de coisa	439
14.2.10.1.	Conceito	439
14.2.10.2.	Procedimento de reconhecimento de pessoa.....	440
14.2.10.3.	Valor probatório do reconhecimento de pessoa.....	443
14.2.10.4.	Reconhecimento por fotografia.....	444
14.2.10.5.	Reconhecimento de coisa.....	445
14.2.11.	Prova documental.....	445
14.2.11.1.	Conceito e classificação de documentos	445
14.2.11.2.	Documento eletrônico	446
14.2.11.3.	Requisitos de veracidade e autenticidade.....	449
14.2.11.4.	Procedimento probatório.....	449
14.2.12.	Prova indiciária.....	450
14.2.12.1.	Conceito de indício.....	450
14.2.12.2.	Raciocínio dedutivo ou indutivo.....	451
14.2.12.3.	Requisitos da prova indiciária.....	452
14.2.12.4.	Valor da prova indiciária	453
14.2.13.	Interceptação das comunicações telefônica, informática e telemática	455
14.2.13.1.	Tratamento constitucional.....	455
14.2.13.2.	Interceptação das comunicações telefônicas.....	459
14.2.13.3.	Natureza jurídica da interceptação das comunicações telefônicas.....	463
14.2.13.4.	Juiz competente para quebra do sigilo telefônico...	463
14.2.13.5.	Requisitos para a interceptação telefônica.....	465
14.2.13.6.	Procedimento para a interceptação telefônica	466
14.2.13.7.	Crimes no procedimento de interceptação.....	473
14.2.13.8.	Valor probatório das conversas telefônicas interceptadas.....	474
14.2.14.	Quebra de sigilo bancário e fiscal.....	476
14.2.15.	Prova emprestada.....	478
14.2.15.1.	Conceito e admissibilidade da prova emprestada...	478
14.2.15.2.	Valor da prova emprestada	481
14.2.16.	Prova compartilhada.....	482
14.2.17.	Gravação de imagens captadas por câmera de segurança	483

CAPÍTULO XV – DOS PROCEDIMENTOS ORDINÁRIO E ESPECIAL	485
15.1. Processo e procedimento	485
15.2. Procedimento ordinário no CPPM	486
15.2.1. Oferecimento da denúncia	487
15.2.2. Rejeição da denúncia	488
15.2.3. Recebimento da denúncia	490
15.2.4. Citação do acusado. Sobre citação ver item 13.3.2.	492
15.2.5. Sorteio, convocação e posse dos Conselhos de Justiça	492
15.2.6. Instrução criminal	492
15.2.6.1. Declarações do ofendido	493
15.2.6.2. Inquirição de testemunha	493
15.2.6.3. Interrogatório	502
15.2.7. Diligências	507
15.2.8. Alegações escritas	509
15.2.9. Sessão de julgamento	509
15.2.10. Leitura da sentença e em sessão pública	514
15.3. Procedimentos especiais do CPPM	514
15.3.1. Procedimento no crime de deserção: regras gerais	514
15.3.2. Procedimento de deserção de oficial	518
15.3.3. Procedimento de deserção de praça	520
15.3.4. Procedimento no crime de insubmissão.....	525
15.4. Procedimento nos crimes de competência do juiz de direito do juízo militar	527
15.5. Procedimento nos crimes de competência do juiz federal da Justiça Militar	528
15.6. Procedimento comum ordinário no CPP.....	529
15.6.1. Oferecimento da denúncia ou da queixa	530
15.6.2. Rejeição liminar da denúncia ou da queixa	530
15.6.2.1. Rejeição por inépcia da denúncia ou queixa.....	531
15.6.2.2. Rejeição por faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal	533
15.6.2.3. Rejeição por faltar justa causa para o exercício da ação penal	534
15.6.3. Resposta à acusação	535
15.6.4. Absolvição sumária	536
15.6.5. Audiência de instrução e julgamento	538
15.6.6. Sentença e sua intimação	540
15.7. Razões de adotar no procedimento ordinário do CPPM resposta à acusação, e audiência de instrução e julgamento nos moldes do art. 395 ao 405 do CPP	541

15.8.	Procedimento comum sumário do CPP	542
15.9.	Procedimento sumaríssimo: inaplicabilidade à Justiça Militar	543
15.10.	Procedimentos da legislação especial	543
15.10.1.	Lei de Drogas (Lei 11.343/2006)	543
15.10.1.1.	Procedimento em crimes de droga para uso pessoal	543
15.10.1.2.	Procedimento em crimes de tráfico de drogas	544
15.10.2.	Lei de Organização Criminosa	547
15.10.2.1.	Meios de obtenção de prova	548
15.10.2.2.	Procedimento	561
15.11.	Procedimento em caso de conexão ou continência	561
15.12.	Processo de competência originária do Superior Tribunal Militar	563
15.13.	Processo de competência originária do Tribunal de Justiça ou de Justiça Militar	564
CAPÍTULO XVI – SENTENÇA		565
16.1.	Conceito e classificação	565
16.1.1.	Requisitos formais da sentença	566
16.2.	Sentença condenatória	567
16.2.1.	Dosimetria da pena e regime prisional	567
16.2.2.	Condenação pelo Conselho de Justiça em caso de pedido de absolvição do Ministério Público e reconhecimento de agravante objetiva	570
16.2.3.	Correlação entre a denúncia e a sentença	573
16.2.4.	Efeitos da sentença condenatória	583
16.3.	Sentença absolutória	586
16.3.1.	Causas absolutórias	586
16.3.1.1.	Estar provada a inexistência do fato ou não haver prova da sua existência	586
16.3.1.2.	Não constituir o fato infração penal	587
16.3.1.3.	Não existir prova de ter o acusado concorrido para a infração penal	587
16.3.1.4.	Existir circunstância que exclua a ilicitude do fato, a culpabilidade ou a imputabilidade do agente	588
16.3.1.5.	Não existir prova suficiente para a condenação	589
16.3.1.6.	Estar extinta a punibilidade	590
16.3.2.	Efeitos da sentença absolutória	590
16.4.	Intimação da sentença	591
16.5.	Coisa julgada	592
16.5.1.	Noções gerais	592
16.5.2.	Coisa julgada formal e material	593

16.5.3.	Limites objetivos da coisa julgada	597
16.5.4.	Limites subjetivos da coisa julgada	600
CAPÍTULO XVII – NULIDADES		603
17.1.	Tipicidade e as formas dos atos processuais	603
17.2.	Atos inexistentes, irregulares e nulos	604
17.3.	Nulidade absoluta e relativa	605
17.4.	Princípios	607
17.4.1.	Princípio do prejuízo	607
17.4.2.	Princípio da causalidade	609
17.4.3.	Princípio do interesse	610
17.4.4.	Princípio da convalidação	611
17.5.	Casuística de nulidades no Código de Processo Penal Militar	612
17.5.1.	Nulidade por incompetência, impedimento, suspeição ou suborno do juiz	612
17.5.2.	Nulidade por ilegitimidade de parte	614
17.5.3.	Nulidade por preterição das fórmulas ou termos	615
17.5.4.	Nulidade por omissão de formalidades que constitua elemento essencial do processo	621
CAPÍTULO XVIII – RECURSOS		623
18.1.	Teoria dos recursos	623
18.1.1.	Noções gerais	623
18.1.2.	Classificação	624
18.1.3.	Princípios e regras dos recursos	625
18.1.3.1.	Princípio da fungibilidade	625
18.1.3.2.	Princípio da unirrecorribilidade	628
18.1.3.3.	Princípio da taxatividade	628
18.1.3.4.	Princípio da dialeticidade	629
18.1.3.5.	Princípio do duplo grau de jurisdição	629
18.1.3.6.	Princípio da personalidade	630
18.1.3.7.	Regra da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	630
18.1.3.8.	Princípio da disponibilidade	632
18.1.4.	Efeitos dos recursos	633
18.1.4.1.	Devolutivo	634
18.1.4.2.	Suspensivo	634
18.1.4.3.	Regressivo	635
18.1.4.4.	Extensivo	635
18.1.5.	Juízo de admissibilidade	635
18.1.5.1.	Requisitos objetivos	636
18.1.5.1.1.	Cabimento	636

	18.1.5.1.2. Tempestividade	636
	18.1.5.1.3. Regularidade (observância das formalidades legais).....	637
	18.1.5.1.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos	637
	18.1.5.2. Requisitos subjetivos	638
	18.1.5.2.1. Interesse.....	638
	18.1.5.2.2. Legitimidade	639
	18.1.6. Juízo de mérito.....	640
18.2.	Recurso em sentido estrito.....	641
	18.2.1. Requisitos de admissibilidade.....	641
	18.2.1.1. Cabimento.....	641
	18.2.1.2. Tempestividade, legitimidade e interesse	647
	18.2.2. Procedimento em primeira instância	647
	18.2.3. Procedimento em segunda instância.....	648
	18.2.4. Efeitos.....	649
18.3.	Apelação	649
	18.3.1. Requisitos de admissibilidade.....	651
	18.3.1.1. Cabimento.....	651
	18.3.1.2. Tempestividade	653
	18.3.1.3. Regularidade (observância das formalidades legais)	654
	18.3.1.4. Falta de fato impeditivo ou extintivo	654
	18.3.1.5. Legitimidade.....	656
	18.3.1.6. Interesse.....	656
	18.3.2. Procedimento em primeira instância	658
	18.3.3. Procedimento em segunda instância.....	660
	18.3.4. Efeitos.....	663
	18.3.5. Execução provisória da pena.....	664
18.4.	Embargos de declaração (“embarguinhos”)	667
	18.4.1. Requisitos de admissibilidade.....	668
	18.4.2. Procedimento	668
	18.4.3. Efeitos.....	668
18.5.	Embargos de nulidade e infringentes	669
	18.5.1. Requisitos de admissibilidade.....	669
	18.5.1.1. Cabimento	669
	18.5.1.2. Tempestividade.....	671
	18.5.1.3. Regularidade (observância das formalidades legais)	671
	18.5.1.4. Legitimidade e interesse.....	671

18.5.2.	Procedimento	672
18.5.3.	Efeitos	672
18.6.	Embargos de declaração	674
18.6.1.	Requisitos de admissibilidade	674
18.6.1.1.	Cabimento	674
18.6.1.2.	Tempestividade, legitimidade e interesse	676
18.6.2.	Procedimento	677
18.6.3.	Efeitos	678
18.7.	Carta testemunhável	679
18.7.1.	Requisitos de admissibilidade	679
18.7.1.1.	Cabimento	679
18.7.1.2.	Tempestividade, legitimidade e interesse	680
18.7.2.	Procedimento	681
18.7.3.	Efeitos	681
18.8.	Correção parcial	681
18.8.1.	Requisitos de admissibilidade	682
18.8.1.1.	Cabimento	682
18.8.1.2.	Tempestividade e legitimidade	683
18.8.2.	Procedimento	683
18.8.3.	Efeitos	683
18.9.	Recursos inominados	683
18.10.	Recursos extraordinário e especial	685
18.10.1.	Requisitos de admissibilidade	685
18.10.1.1.	Regras gerais de cabimento	685
18.10.1.2.	Cabimento do recurso extraordinário	687
18.10.1.3.	Cabimento do recurso especial	690
18.10.1.4.	Tempestividade, legitimidade, interesse e ausência de fato impeditivo	691
18.10.2.	Procedimento	692
18.10.3.	Efeitos	692
18.10.4.	Recursos extraordinário e especial repetitivos	692
CAPÍTULO XIX – AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO		695
19.1.	<i>Habeas corpus</i>	696
19.1.1.	Aspectos históricos	696
19.1.2.	Natureza jurídica	698
19.1.3.	Condições da ação de <i>habeas corpus</i>	700
19.1.4.	Competência	702
19.1.5.	Cabimento de <i>habeas corpus</i>	704
19.1.5.1.	<i>Habeas corpus</i> e a ilegalidade da prisão em flagrante ...	704

19.1.5.2.	<i>Habeas corpus</i> e a fundamentação da prisão preventiva.....	705
19.1.5.3.	<i>Habeas corpus</i> e o excesso de prazo na prisão preventiva	705
19.1.5.4.	<i>Habeas corpus</i> e a liberdade provisória	706
19.1.5.5.	<i>Habeas corpus</i> para trancamento da ação penal	707
19.1.5.6.	<i>Habeas corpus</i> para trancamento de IPM	709
19.1.5.7.	<i>Habeas corpus</i> em caso de cerceamento de defesa ...	710
19.1.5.8.	<i>Habeas corpus</i> e o regime prisional	710
19.1.5.9.	<i>Habeas corpus</i> e a dosimetria da pena	711
19.1.5.10.	<i>Habeas corpus</i> e quebra de sigilo.....	713
19.1.5.11.	<i>Habeas corpus</i> e competência	713
19.1.5.12.	<i>Habeas corpus</i> e tipicidade	714
19.1.5.13.	<i>Habeas corpus</i> e extinção da punibilidade	714
19.1.5.14.	<i>Habeas corpus</i> e nulidade do processo	715
19.1.5.15.	<i>Habeas corpus</i> e ilicitude da prova	715
19.1.6.	Não cabimento de <i>habeas corpus</i>	716
19.1.7.	Procedimento	718
19.2.	Revisão criminal.....	722
19.2.1.	Conceito e natureza jurídica	723
19.2.2.	Condições da ação	724
19.2.2.1.	Possibilidade jurídica do pedido.....	725
19.2.2.2.	Interesse de agir e tempestividade.....	728
19.2.2.3.	Legitimidade.....	729
19.2.3.	Competência.....	730
19.2.4.	Procedimento	730
19.2.5.	Efeitos do julgamento	732
19.2.6.	Indenização por erro judiciário.....	733
19.3.	Mandado de segurança em matéria criminal	734
19.3.1.	Conceito	734
19.3.2.	Condições da ação	734
19.3.3.	Procedimento	735
19.3.4.	Cabimento em matéria criminal.....	736
BIBLIOGRAFIA		739